



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

**---PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE. -----**

--- Aos vinte e cinco dias de fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelas nove horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, no Edifício da Biblioteca e Arquivo Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

- 1) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;-----
- 2) Autorização da atribuição da remuneração complementar regional aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vila do Porto;-----
- 3) 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento da Câmara Municipal de Vila do Porto do ano financeiro de 2014 – Aprovação;-----
- 4) Autorização da celebração dos acordos de execução de delegação das competências nas juntas de freguesia do concelho de Vila do Porto;-----
- 5) Plano de ação municipal de prevenção e gestão de resíduos sólidos urbanos do concelho de Vila do Porto – Consulta pública;-----
- 6) Informação dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, no período de 2 dezembro de 2013 a 17 de fevereiro de 2014, ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal na 5ª sessão ordinária de 2 de dezembro de 2013, no âmbito da lei dos compromissos.-----

--- O Presidente da Assembleia solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada, verificando-se as seguintes presenças: Paulo Henrique Parece Baptista, Rui Alberto Ferreira Esteves (substituindo Maria Dulce de Oliveira Resendes), Rui Alexandre dos Reis Arruda, Paulo José Ávila Duarte, Hélder Fernando Borges da Silva Pimentel (substituindo Elda Maria Monteiro de Andrade Batista), Daniel da Silva Gonçalves, José da Ascensão Cabral Branco, José de Andrade Melo, Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa, Nelson

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



H. H. H.
R. C. S.
E. B. S. M.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Braga Moura (substituindo Isabel Cardoso Andrade Mendes), Rui Manuel Custódio Curado, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, Marco José Moura Coelho e Fernando Jorge Monteiro Andrade.-----

-- Faltou: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves (substituía Ernesto Valério Andrade Pacheco).-----

-- **Presidentes de Junta:** Paulo Jorge Magalhães Moura (Almagreira), André Bairos Moura (Santa Bárbara), Aldeberto José de Loura Chaves (Santo Espírito), Jorge Alberto Monteiro Santos (São Pedro), e Eduardo Manuel Pereira Cambraia (Vila do Porto).-----

-- Em virtude da ausência 2ª secretaria Srª Elda Batista, a mesma foi substituída pelo Sr. Hélder Pimentel.-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Roberto Furtado Lima de Sousa e Ezequiel dos Santos Gaspar Pereira Araújo.-----

--- Ausências: Duarte Manuel Braga Moreira e Eugénio Henrique Soares Chaves Silva.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- A mesa tomou conhecimento de um voto de protesto pela bancada do Partido Social Democrata, a qual foi lida em sessão e que se anexa à presente ata.-----

-- Depois de lido o protesto em que refere que o comunicado no último dia de 2013, os vereadores e deputados do Partido Socialista da ilha de Santa Maria decidiram chamar negligentes e incompetentes aos Senhores Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal, extensivo aos Vereadores do PSD, pela sua gestão corrente e ordinária e afirmavam que os mesmos "são desconhecedores e não dominam as suas atribuições e

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



H. L. C. S.
E. Santos

responsabilidades.”, “... vem todos os deputados municipais do Partido Social Democrata defender a preservação do bom nome e honra, enquanto titulares de cargos políticos eleitos, e demonstrar a sua renovada confiança e solidariedade para com os senhores Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal de Vila do Porto e vereadores do PSD, pelas decisões tomadas sobre as taxas do IMI e IRS para o ano de 2014 e repudiar viva e fortemente as afirmações proferidas pelos vereadores e deputados municipais do Partido Socialista no comunicado conjunto de 31 de dezembro de 2013.”-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a mesa subscrevem na íntegra o teor do protesto. Como uma das pessoas visadas, o Sr. Presidente da Assembleia, disse que em 20 anos naquele órgão nunca tinha assistido a uma postura semelhante, e que ficou admirado por no mesmo dia em sessão extraordinária os deputados municipais tivessem uma postura e poucas horas depois, terem outra com o comunicado enviado no Jornal O Baluarte on-line. Disse que tem pena que os vereadores do PS não estivessem presentes naquela assembleia, pois não reconhece capacidade nem moralidade para que os mesmos acusassem quem quer que seja naquele órgão de incompetentes. Convocou a Assembleia extraordinária de 30 de Dezembro p.p. no princípio da precaução em relação aos assuntos da ordem de trabalhos.-----

--- O Presidente da Assembleia informou que a correspondência recebida/expedida da AMVP encontrava-se disponível para consulta, tendo o mesmo lido um ofício da Câmara Municipal sobre esclarecimento do IMI prestado pela Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis, que abaixo se transcreve.-----

“Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 112.º do Código do IMI (CIMI), cabe aos municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano. Em consonância, dita a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que compete à assembleia

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



Handwritten signatures and initials: "H. H.", "R. C. S.", and "Edilson".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

municipal, sob proposta da câmara municipal, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas. Assim, o ano em que a referida fixação das taxas tem lugar (com respeito pelos limites definidos no n.º 1 do artigo 112.º do CIMI) coincide com o ano em que estas vigoram, para efeitos da liquidação do imposto, nos termos do disposto no artigo 113.º do CIMI. As taxas a fixar nos termos dos parágrafos anteriores para o ano de 2014, a liquidar em 2015, devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) até ao dia 30 de Novembro de 2014. Face ao exposto, e em conformidade com a Lei, propõe-se doravante que a assembleia municipal, sob proposta desta autarquia, passe a deliberar a taxa do IMI que vai vigorar no Município dentro do ano que esta, efetivamente, diz respeito".-----

--- Sobre o assunto inscreveu-se o deputado Sr. José de Melo, disse que sobre o voto de protesto, na defesa dos valores, dos pressupostos, de ética e da respeitabilidade, reveem-se nisso. Mas o que aconteceu foi que o caso de dúvida relativamente ao IMI era legítimo a bancada do PS, ter colocado a questão, para que fosse esclarecida, e que vários deputados, inclusive o Sr. Presidente da Assembleia, também a tiveram. Esclarece que naquela sessão extraordinária a bancada do PS não falou sobre incompetências, e que no âmbito do comunicado, não saiu de nenhum deputado municipal e que não está subscrito pela bancada do PS. Diz não se rever no voto de protesto, e que aquela resposta deveria ter sido feita na mesma linha comunicação como foi feito o outro. -----

-- Foi dada a palavra ao deputado Rui Arruda, disse que em relação ao voto de protesto que acabou de ler fez questão de salientar que na política o concordar e discordar era saudável, mas que caluniar e ofender as pessoas, o não era. Leu o último parágrafo do comunicado do PS que diz " os vereadores e deputados municipais do PS manifestam o seu desagrado com esta conduta negligente no cumprimento atribuições da presidência da assembleia municipal e do executivo camarário do PSD, o qual só desprestigia estes



Handwritten signature and initials: "H. C. F." and "Eda 15/4".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

órgãos do poder local não podendo também deixar de lamentar que por incompetência se tenha honorado orçamento da autarquia com custos adicionais e desnecessários.” E foi assinado e é da responsabilidade dos vereadores e deputados municipais do PS. Disse que se os deputados municipais do PS não tiveram conhecimento e não se reviam no comunicado deveriam ter dito publicamente e desmentido o mesmo.-----

-- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra informando que os vereadores municipais são convidados para estar presentes nas sessões da Assembleia e que lamenta que os vereadores do PS não estejam presentes, porque se se fazem substituir por qualquer motivo, não entende a sua ausência nessa sessão. E acrescentou que pela intervenção do deputado José de Melo não houve dúvidas de quem fez o comunicado.-----

-- O deputado José de Melo reitera que o comunicado não foi feito no âmbito da assembleia municipal, foi feito por outras vias, e por isso a resposta, que é legítima, deveria ter sido dada pela mesma via de comunicação.-----

-- Não tendo conhecimento de outro voto de protesto, o Sr. Presidente da Assembleia deu seguimento à sessão.-----

-- **Participação do público:** O Sr. Teo Camacho pediu para intervir. Perguntou se as moradias da zona do aeroporto, se estão agora sob alçada do Governo Regional dos Açores, através da empresa pública Ilhas de Valor, SA e que os esgotos, águas e arruamentos da parte da Câmara Municipal? Refere que a zona do Aeroporto tem cerca de 80% de área verde, pergunta quem tomará conta dessa zona? Disse que já falou com várias entidades, e que relativamente aos entulhos, ratos e ramos não existe nenhuma entidade que seja responsável, a Ana Aeroportos, SA agora pertencente a uma companhia francesa e os Serviços florestais não se chegam à frente. Pergunta também a quem o munícipe que mora na zona do aeroporto poderá dirigir-se para resolver os seus



Handwritten signatures and initials, including 'R. L. O. S.' and 'E. B. J. S. M.'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

problemas. Questiona também que após a legislação que entrou em vigor para que os animais que andavam a pastar teriam de ser retirados daquela zona. Mas que os caminhos de acesso às casas não são de “gente”. E que as zonas verdes estavam mais limpos com os animais do que com os serviços públicos. -----

--- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que cumprimentou os munícipes presentes, e prestou alguns esclarecimentos sobre o que o Sr. Teo Camacho expôs. A zona verde do aeroporto está instalada nos terrenos que passaram para o Governo da Região que é composto por diversos serviços, florestais, agrícolas, transportes e turismo. As Ilhas de Valor são uma empresa pública do governo que está a gerir o parque habitacional, é uma questão que deve ser colocada ao Governo, para saber de quem é a responsabilidade do corte da relva, árvores... Informou que ao contrário de uma falsa notícia publicada por um vereador do PS nas redes sociais, que não conhece o protocolo assinado pela CMVP e GRRAA, que disse ser a Câmara responsável pelas estradas secundárias e pelos arruamentos dos parques habitacionais, informa que isso é completamente falso. O estado e a câmara vivem com os impostos pagos pelo munícipe, nenhuma casa do aeroporto pagou IMI e MNT ao estado nem à autarquia. Existe uma boa vontade por parte do Município em resolver a situações que se arrastam há muitos anos e aceitou as águas e saneamento básico desde 2011. As bermas das estradas são roçadas até um metro e meio, que é o que a lei obriga. Reparou que no aeroporto e devido ao mau tempo encontram-se derrubadas algumas árvores de grande porte à espera dos serviços competentes para o efeito.-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e submeteu à discussão a ata da 5ª Sessão Ordinária de 2 de dezembro de 2013 e a 2ª Sessão Extraordinária de 30 de dezembro de 2014. As atas foram submetidas a votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade e maioria respetivamente. -----

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

-- Colocou também a votação o voto de protesto apresentado pela bancada do PSD, o qual foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, contra do PS e abstenção da CDU. O deputado Marco Coelho pediu a palavra para explicar que o seu voto é de abstenção por considerar ter um teor político e no qual aquela bancada não se revê. Porem não vê de bom grado as acusações e a forma como foram feitas.-----

-- Foi aberto o **Período Antes da Ordem do Dia**.-----

-- O Presidente da mesa informa que segundo o regulamento o período antes da ordem do dia teria 60 minutos.-----

--Foram abertas as inscrições. Inscreveram-se os seguintes deputados, Rui Arruda, José de Melo, Marco Coelho, Rui Curado, Paulo Magalhães, Jorge Costa.-----

-- O deputado Rui Arruda apresentou as seguintes considerações: Reconhecimento pelo aproveitamento da calçada da Rua da Lomba para colocação nalgumas das travessas da zona histórica de Vila do Porto e outras. Pela limpeza dos terrenos junto da ribeira que dá acesso ao cais, pela Junta de Freguesia de Vila do Porto. O início das obras em São Pedro, e da conclusão do parque de estacionamento da pousada da juventude. Início das obras da casa das gatas, onde será instalado a sede da Associação Cultural Maré de Agosto, mais um espaço cedido a uma associação e recuperação do edifício na zona histórica. Regista com agrado o arranque da obra do Tribunal de Vila do Porto, uma infraestrutura muito esperada pelos profissionais daqueles serviços e pergunta ao Presidente da Câmara, se tem conhecimento do prazo do fim da obra e o que será feito com o espaço que ficará livre, com a saída do tribunal, no edifício da Câmara. Pergunta também se este teve conhecimento e se a autarquia foi ouvida no novo horário de transporte marítimo de passageiros e sobre o cinema do aeroporto. Se foi convidada a participar na recuperação



H. L. Costa
R. L. Costa
E. Batista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

do mesmo. Relativamente às obras da estrada municipal do Ginjal, questiona para quando a sua conclusão e se estão a correr dentro do prazo previsto.-----

-- Sobre as interrogações feitas, o Sr. Presidente da Câmara, agradeceu as palavras ditas anteriormente. Esclareceu que enquanto houver pedra de calçada, esta será para colocar nas travessas de forma a qualificar a vila com bons acessos. Relativamente aos horários de transporte marítimos, diz que é um facto consumado e que tiveram conhecimento, através do Deputado Jorge Costa e de seguida pela Câmara do Comércio de Ilha e que à Câmara não foi pedido nenhuma opinião. À semelhança do cinema, do trabalho que o SIVISA tem feito na estrada de Malbusca entre outros assuntos do Governo Regional. Informa que teve uma reunião com o Sr. Diretor Regional da Cultura onde questionou a questão do cinema, porque tinha ouvido no asas o vereador do PS dizer que seria um pavilhão multiusos, o qual foi esclarecido pelo diretor, que será melhorias, recuperação profunda na zona do palco e que terá algumas valências. Esta reunião foi solicitada por causa do Forte São João Batista, daquilo que se pretende fazer lá. Já chegaram a conclusão que o dono do forte é as finanças da região autónoma dos açores, e a Câmara esta interessada no assunto, pois se o forte não for consolidado o mais rápido possível, para o ano já não há nada a fazer. Sobre o prazo das obras do Ginjal, esclarece que estão a decorrer dentro da normalidade, o estado do tempo também não tem sido favorável, o facto de fazer obras com a estrada aberta é uma situação complicada, mas que acredita que no mês de abril esteja pronta. Relativamente ao Tribunal de Vila do Porto estará pronto até ao verão, pelo que sabe é uma empresa pequena mas trabalhadora, e julga que antes do prazo estará concluído. Mas a transferência dos serviços deverá levar algum tempo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

-- O Presidente da Assembleia informou que no edifício da Câmara, existe um gabinete da AMVP, que poderá ser usado por todos os deputados municipais, onde poderão receber munícipes e fazer reuniões de forma condigna.-----

-- Interveio de seguida o deputado José de Melo, que começou a congratular a CMVP, por ter feito a expansão do espaço de recreio do CAMAC de Vila do Porto, uma valência apreciada por muitos. Questionou sobre a ETAR de Vila do Porto, que soube ter deixado de ser feita a monitorização, acompanhamento técnico da mesma pela empresa Ecoserviços, e gostaria de saber quem faz esse serviço atualmente, se houve ganhos económicos com a mudança da empresa. Pergunta sobre a ETAR da Praia Formosa, se a mesma está a ser vigiada, se é a mesma equipa que faz o trabalho. Sobre a estrada de Malbusca, se já se partiu para um plano de ação, uma vez que estava-se a fazer a inventariação dos riscos, da situação real, do acompanhamento da hidrologia, do escorrimento de terras, etc... se esta parte está consumada pela Norma-Açores, se há um compromisso bipartido entre a CMVP/GRAA, visto ser uma obra de grande envergadura. Relativamente ao Forte de São João Batista e do exposto anteriormente pelo Sr. Presidente da Câmara, pergunta se ficou alguma informação relativamente a uma ação concreta, visto que se a torre cair, o forte deixa de ter qualquer valor, ou seja se ficou algum compromisso, para uma parceria. Ou se será a DRAC ou a CMVP a intervir individualmente. Sobre as 35 horas semanais dos funcionários da autarquia, a bancada do PS congratula a CMVP por estar interessada fazer esta "contemplanção" e pergunta como está o processo. Diz saber que no estagiar L, encontra-se a trabalhar um arqueólogo, o que considera ser muito bom, pergunta qual o tipo de trabalho que faz. E que no âmbito do trabalho do estagiário, está disposto a colaborar no que for necessário. Sobre o Congresso de Arqueologia em Santa Maria em Maio, apoiado pela CMVP, considera ser bem-vindo, porque cria imagem externa da ilha, pergunta a que ponto a ilha vai ser



Handwritten signature and initials: "H. A. C. P. J. E. B. A. S. T. A."

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

realçada nesse congresso e que tipo de apoio financeiro e logístico será dado pela autarquia. O Carnaval está a chegar e solicita que este ano haja música na vila, na ocasião do desfile da escola. Pergunta também sobre o plano de desenvolvimento de Santa Maria, quando será apresentado a versão definitiva e em que estado se encontra os Planos de Pormenor.-----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, que respondeu às questões apresentadas. Sobre a ETAR de Vila do Porto, a prestação de serviços que havia com a Ecoserviços terminou e há um ano foram entregues os trabalhos à uma empresa local - Gualter Cabral, mas que ainda é necessário formação da mesma naquela área, para um serviço com mais qualidade. Prevê a colocação de um jovem estagiário naquela área, e que falou com a empresa para a colocação do mesmo na ETAR. Explica que a ETAR da Praia vai entrar em fase de licenciamento para funcionar o ano inteiro e não só no verão. A estrada de Malbusca, a CMVP tem o projeto concluído, é uma obra prevista para custar cerca de 400.000,00 €, que será suportado pela autarquia que aguarda os fundos europeus, em virtude de não ter dinheiro para a fazer. O Forte de São João Batista, enquanto a câmara não tiver posse do imóvel, nada fará. No entanto está disponível para entrar no projeto e até a lidera-lo, mas que o governo também tem colaborar. A autarquia já entrou em contato com as Finanças, sabe-se que o Forte foi privado em 1941 e que depois foi penhorado uma década depois, que desde esta altura é pertença das Finanças. A autarquia tem uma arquiteta estagiária, que faz um excelente trabalho na autarquia e que está a acompanhar o processo, a mesma fará uma intervenção no congresso internacional de arqueologia, e prevê-se que dê algum retorno à ilha. O apoio a esse congresso resume-se a apoio logístico e 2600 euros e que existem outros apoios exteriores. Relativamente ao assunto das 35 horas semanais de trabalho, o processo está andar, prevendo-se a assinatura do acordo para o dia 7 de março com os sindicatos e será extensivo a todos os



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "H. L.", "R. L. Costa", and "E. Santos".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

trabalhadores. O trabalho do estagiário tem sido interessante, foi feito um pedido autorização à APSM no sentido de proceder à limpeza do forno da cal existente no cais. Já possuem autorização para limpeza do segundo forno de olaria nos terrenos de um privado. Agradece a disponibilidade do deputado José de Melo, para colaboração. Sobre o carnaval, far-se-á o que estiver ao alcance da autarquia a nível de música nas ruas onde passará o desfile, mas que até à data o mesmo não foi solicitado pela escola. O plano estratégico está concluído será apresentado no 1º semestre deste ano, nesta fase está entregue ao Profº Augusto Mateus, pelos contactos que tem para ver se consegue parcerias, a fim de ajudara levar por diante alguns projetos, o que não é fácil, devido à economia atual do país. Não há uma data concreta, o plano foi também apresentado ao Sr. Presidente do Governo Regional e ainda não receberam feedback, e considera não fazer sentido sair com o plano se o governo regional não der pelo menos o seu consentimento. Sobre os planos de pormenor informa que há quinze dias, houve uma reunião onde se procederam a algumas revisões, e que as participações dos munícipes irão brevemente ter uma resposta. E prevê que também no 1º semestre de 2014 os planos de pormenor passem de discussão pública para a sua fase final. A demora, deveu-se a suspensão durante o período da campanha eleitoral.-----

-- Tomou a palavra o deputado Marco Coelho, que disse que a presença do Sr. Teo Camacho reflete a preocupação e dúvidas dos moradores do Aeroporto e que encontram na Câmara "uma boia de salvamento" para obter informações possíveis. Diz que a empresa Ilhas de Valor, SA, não apresenta respostas. A Câmara deverá estar ao lado dos moradores daquela zona, mantendo uma boa comunicação com o governo e Ilhas de Valor, para posterior informação ao munícipe. Sobre o horário de transporte marítimo de passageiros, diz que os marienses não se devem calar, mesmo que o horário já esteja finalizado. Relativamente à zona do Ginjal, elogia o diálogo de esclarecimento da vereação

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

e a fiscalização da obra com os residentes, no entanto coloca algumas questões: 1ª Porque não foi considerada a interdição do trânsito entre as 8 e as 17 horas apenas para moradores há mais tempo? A 2ª questão refere-se à largura de 2 curvas fechadas, naquela estrada, o porquê de não terem si alargadas.-----

-- A Bancada da CDU apresentou uma recomendação para alteração dos parques para cidadãos com mobilidade reduzida no mercado municipal, e propõe que se circunscreva a exclusividade de dois lugares de estacionamento junto do antigo restaurante Canoa, ou noutro lugar junto do mercado municipal, na cota mais próxima do mesmo, para cidadãos com mobilidade reduzida.-----

-- O Srº Presidente da Câmara tomou a palavra, disse que relativamente à interdição do trânsito no Ginjal, não surgiu muito efeito porque as pessoas não respeitavam os sinais. Em relação as curvas, mais propriamente perto da “tasca” Asa Branca e da casa do Sr. José Henrique Costa, o assunto já mereceu atenção em reunião no conselho ilha, mas a autarquia chegou à conclusão que a estrada tinha os 5 metros e os passeios tinham a largura estipulada por lei não havendo necessidade de alteração das curvas onde serão colocados sinais e uma passadeira. Sobre o parque de estacionamento no mercado municipal para as pessoas com mobilidade reduzida, o autarca concorda plenamente com a mesma, e irá tomar medidas no sentido de colocar, no mínimo, um estacionamento junto ao mercado.-----

-- O Sr. Presidente solicitou a palavra para frontalmente dizer ao Sr. Deputado Marco Coelho, que em vez de colocar noticias no seu blog, deveria ligar em primeiro lugar, à Câmara Municipal, quando se deparasse com situações na ilha da alçada da CMVP, de forma a resolver as mesmas de forma mais célere. Pediu um minuto para falar sobre as redes sociais, e considera, infelizmente, que a oposição coloca notícias que pretende, mas que esconde as noticias menos boas a seu respeito.-----

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

-- Tomou a palavra o deputado Rui Curado, que em primeiro lugar expressou “ o desejo de profundas melhoras aos vereadores titulares e suplentes do PS que de certo estão com dificuldades de superar as maleitas que os levaram a não estar presentes nesta assembleia municipal...no anterior mandato era notado a constante ausência da anterior presidente e coerentemente com a mesma posição é de lamentar, quem é tão expedito a aparecer na praça pública para fazer comunicados não tenha a disponibilidade para estar presente ou para na sua impossibilidade fazer-se representar”. Questionou o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, sobre os barris com ferrugem junto ao muro que ameaça derrocar no caminho de acesso a Santa Bárbara, e se o Sr. Presidente tem conhecimento do assunto e se foi pedido para resolver a situação. E que dá uma péssima imagem à ilha.-----

-- Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, se tem algum conhecimento sobre a monitorização dos deslizamentos de terras na Maia e em Malbusca. Se há algum investimento previsto pela empresa Ilhas de Valor que contribua para o dinamismo socioeconómico da ilha de Santa Maria, que julga que foi para prestigiar as ilhas de coesão. Perguntou sobre a implementação da escola profissional que seria instalada na escola do 1º ciclo em Santa Bárbara e que foi celebrado um contrato de comodato. Apela à CMVP de forma a estudar melhor compatibilização com o ordenamento do estacionamento e das zonas de atravessamento de peões no topo da Rua Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, uma vez que nota-se que pode ser melhorado.-----

-- O Sr. Presidente da Câmara respondeu primeiramente às questões anteriormente colocadas pelo deputado Marco Coelho, que não foram respondidas. Sobre a zona habitacional do aeroporto, diz que a CMVP tem recebido muitas pessoas para resolução dos problemas de habitação, informa as pessoas aquilo que sabe é público. A autarquia no início do processo, disponibilizou o arquiteto que dá apoio ao município para prestar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

todas as informações necessárias para dar início àquele processo. A opinião que foi dada às Ilhas de Valor SA, para resolver mais rapidamente o problema do aeroporto, seria fazer um plano de pormenor do aeroporto. No entanto o que sabe e que durante o primeiro trimestre sairá para discussão pública o trabalho feito até agora. É da opinião que a Assembleia Municipal ou o Conselho de Ilha deveriam incluir numa próxima sessão, esse assunto e chamar os responsáveis para esclarecimentos. Em relação aos horários da atlanticoline, também seria uma ótima ideia, promover uma reunião, e criar uma equipa de trabalho, para analisar a situação dos festivais e eventos da ilha.-----

--Relativamente às considerações do deputado Rui Curado fez, regista que em relação aos barris em Santa Bárbara, a Câmara não tem conhecimento do porquê da permanência dos mesmos no caminho há tanto tempo tendo a noção que se os mesmos pertencessem à autarquia, apontariam de imediato o dedo. Sobre a monotorização da Maia e estrada de Malbusca, não sabe o que se passa, desde que o prof^o Luís Gaspar saiu do SIVISA, deixou de ter contato. Não sabe se continua haver deslizamentos, se está estável e o mesmo acontecesse em Malbusca. Sobre as Ilhas de Valor, não tem informação sobre os seus investimentos dirigidos para Santa Maria, o único que conhecia era do campo de golfe, que neste momento está suspenso. Sobre o contato de comodato da escola de Santa Bárbara diz que brevemente terá de ser anulado em virtude não haver notícias da empresa Marsed. Irá efetuar novo contato com a mesma, para saber o real ponto da situação. Sobre a situação de estacionamento na subida de Santo Antão, diz que a Comissão de Trânsito tem vários assuntos para discutir, sendo um deles aquela situação, considera não ser fácil apagar a passadeira que foi colocada junto da entrada do estacionamento, mas que certamente irão arranjar solução.-----

-- O deputado José de Melo interveio sobre o assunto da habitação no aeroporto. Reforçando a preocupação que existe do governo regional resolver os problemas

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

habitacionais da ilha de Santa Maria, só à sombra das casas sobrantes do aeroporto. Diz haver um perigo grande, passa a expor, que é o facto de desenraizar os jovens casais das freguesias rurais colocando-os no aeroporto, perde-se toda a ligação que vem das raízes. O património das casas rurais e outras que perdem a possibilidade de serem recuperadas, para se arranjar uma situação que é revitalizar as casas do aeroporto. Considera ser grave por diversas razões, o parque habitacional das freguesias fica desprezado e é a paisagem rural mariense que “irá ao ar” e a desertificação das freguesias. Considera ser importante uma ação política para esse assunto, que o problema habitacional da ilha deve ser contextualizado consoante a origem das pessoas.-----

-- O Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto, pediu a palavra para dar uma achega sobre o tema do aeroporto. Diz haver muitas famílias que tem de ser realojadas, existem ainda muitas casas de chapa, que irão ser demolidas, outras sem condições de habitabilidade de forma que estes casos têm que ser realojados naquela zona e considera que, se calhar, não haverá casas disponíveis para realojamento de famílias rurais, pelo que considera que o caso antes exposto, não ocorrerá. -----

-- O Sr. Presidente da Câmara concorda com o Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto, e é da opinião que o Governo Regional, nada tem feito na ilha nos últimos anos a nível de construção de novas habitações.-----

-- Foi dada a palavra ao deputado Jorge Costa, questionou o Sr. Presidente da Câmara, sobre diversas notícias que tem vindo a público de muitos municípios dos Açores estarem a admitir pessoas que estão no desemprego através de programas do GRRRAA, e porquê a CMVP, não estar a fazer o mesmo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



Handwritten signatures and initials, including 'H. Silva', 'I. Costa', and 'E. Barroso'.

-- O Presidente da autarquia responde que a CMVP desde o início do 1º mandato, tem em média 40 pessoas, nos programas PROSA, CTTS e Recuperar e que se não fossem essas pessoas o trabalho no município estaria comprometido. -----

-- O deputado em substituição, Sr. Nelson Moura, congratulou todas as freguesias do município pelo trabalho, bem feito, junto do seu património, nomeadamente fontanários e muros. E relativamente à junta de freguesia de Almagreira pergunta para quando o arranjo da canada do Brejo de Cima, por ser a que está pior estado. Pede informação sobre o regulamento dos jovens estudantes deslocados da ilha, pois pelo que leu não existe uma cláusula/adenda a incentivar os jovens a regressar, ou seja, deveria de existir uma espécie de contra partida dos estudantes, gostaria que os seus estudos fossem em favor da ilha, seria uma forma de não perder a ligação e trazer mais conhecimento. Pergunta se existe alguma preocupação local sobre toxicodependência e o insucesso escolar, por considerar ser um assunto com muita gravidade na ilha.-----

-- O Presidente da Câmara, esclarece que relativamente a Canada do Brejo de Cima, é a única que falta substituir a rede de águas, não tendo sido feito nada no pavimento, porque estão aguardar oportunidade, não a nível económico, mas de mão-de-obra, tendo em conta que o setor de águas da autarquia está “desfalcado” e envelhecido sendo uma grande preocupação para a autarquia, pois vai ser difícil renovar a equipa com os impedimentos de admitir pessoas. O assunto não será esquecido e juntamente com a junta de freguesia tentarão minimizar o problema. Sobre o apoio aos estudantes deslocados, esclarece que um anterior regulamento, havia uma obrigação do jovem voltar à ilha, relativamente a algumas profissões que a ilha carecia. Considera que nos tempos de hoje não seria fácil, confia que a grande maioria dos jovens marienses gostariam de voltar à sua terra, se tiverem oportunidade de trabalho, sendo uma maior valia o conhecimento desses jovens a todos os níveis na ilha. Relativamente à toxicodependência também faz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



Handwritten signature and initials: "H. 10/10/14" and "E. B. 10/10/14"

parte do que está contemplado em orçamento, a CMVP apoia por ano, dois casos, para desintoxicação em clínicas da especialidade fora da região em parcerias com a Unidade de Saúde de Vila do Porto, os Lions e Arisca. É um flagelo a nível ilha, já foi discutido em Conselho de Ilha. A Câmara está a ajudar, na medida que pode, estando neste momento um jovem a fazer desintoxicação e brevemente outro o fará, com o apoio do município. Falou sobre a associação AMASM em Ponta Delgada, que apoia pessoas carenciadas com estadia gratuita numa casa para este efeito também com apoio do município. Este apoio resume-se ao pagamento da despesa dos tratamentos e despesas de funcionamento da casa, com protocolo feito através dos Lions. O insucesso escolar, não se pode pronunciar sobre esta matéria, por não ter conhecimento da causa, infelizmente a escola não tem sido falada pelos melhores motivos. A Câmara tem feito tudo o que está ao seu alcance para inverter esta situação, nomeando os alunos de excelência com prémios, mandando 3 alunos para férias na universidade do Aveiro, apoia todos os projetos tecnológicos que são apresentados pela escola. -----

-- O deputado Rui Arruda, sobre a preocupação do deputado Nelson Moura, sobre a toxicodependência, pede a palavra como membro da assembleia e Presidente do Conselho de Ilha, para dizer que este assunto foi amplamente tratado pelo Conselho de Ilha, tendo-se reunido com todas as pessoas da ilha com responsabilidades na matéria, foi solicitado a deslocação da Diretora Regional da Prevenção e Combate às Dependências, foram sinalizados diversos problemas e constatou-se que a situação era grave. Mas que o trabalho de ilha foi feito, mas estagnou devido à incúria das entidades com competência do governo regional. Neste momento estão a trabalhar novamente no conselho de ilha no tema da solidariedade e ação social que engloba também o assunto da toxicodependência, estando a desenvolver diversas reuniões com o CSVP, Secretario Regional da Saúde CMVP, IPPS, estão aguardar autorização superior para reunir com as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



Handwritten signatures and initials, including 'H. C. 27' and 'ebanor'.

entidades de ilha do GRAA. Para sinalizar, debater, ir ao fundo do problema e resolver o problema. Devendo haver uma articulação entre todas as pessoas/entidades com responsabilidades nesta matéria.-----

-- O Deputado José Branco coloca a seguinte questão que em abril de 2013, o secretário regional da agricultura e ambiente, afirmou em reunião que teve com o Conselho de Ilha, que o centro de processamento de resíduos ficaria concluído em setembro de 2013 e afirmou que não toleraria que terminasse depois de 2013. Entretanto, por estes dias, Santa Maria foi notícia pelas piores razões, não obstante que o município tenha colaborado nesta iniciativa do governo regional, o certo é que a ilha e Portugal foram faladas acerca do referido centro. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, se os marienses serão prejudicados por causa desta situação e se tem notícias de quando o equipamento deverá estar disponível e em plena atividade. Deu a sua opinião sobre os terrenos do aeroporto, e solicitou à autarquia, que dentro das suas competências, defendesse o mais possível e estivesse atenta àquela situação. Falou também sobre o Forte São João Batista, e que pelo que já foi falado, considera não haver vontade política do governo para se ter tratado do assunto de forma mais célere. Soube que o representante da Câmara do Comércio da ilha de Santa Maria criticou a Câmara Municipal por esta não recorrer ao mercado/comércio local na aquisição de bens e serviços. Pergunta ao Presidente da Câmara se é verdade.-----

-- Pelo Presidente da Câmara do dito, que relativamente ao centro de processamento de resíduos, ouviu também as notícias, mas é do conhecimento público que o atraso daquela obra já tem quase 2 anos, que a empresa está com dificuldades e o governo de certo não irá rescindir o contrato, tendo em conta que é dinheiro dos fundos europeus. Houve uma notícia recente que dizia que Santa Maria era uma lixeira a céu aberto, quando dois dias antes tinha sido dado uma notícia que a graciosa tinha um ecocentro a funcionar e que

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



Handwritten signature and initials.

tem a recolha seletiva porta à porta e tem duas lixeiras a céu aberto. É graças ao trabalho da autarquia, das juntas de freguesia, das eco-escolas, Santa Maria pode talvez disser que é das ilhas mais limpas dos açores. Aproveita a oportunidade para dizer ao deputado José de Melo, que o que ele escreveu no facebook passa a mensagem que o problema está no aterro de Santa Maria, quando isso é falso, o problema está no centro. O aterro de Santa Maria tem uma máquina giratória permanentemente no aterro e um colaborador que vai ao fim de semana cobrir o lixo. Tem uma vala para animais e que não é obrigada a fazer. A grande preocupação é o aterro deixar de ter espaço para ter lixo e o centro não ficar pronto.-----

-- Foi solicitada a palavra pelo vereador Roberto Furtado, a qual foi concedida, para esclarecimento sobre o assunto e confrontar o deputado José de Melo, sobre o aterro e as notícias. Diz que se deve ter cuidado e responsabilidades, respeitar os marienses, pela forma como se coloca os assuntos na comunicação social. Sobre o assunto do aterro, vê com desagrado quando se fala sobre os problemas ambientais da ilha, explica que há 4 anos quando entrou para o elenco camarário, o aterro simplesmente não funcionava, havia constantes incêndios diários, e lixo nas redondezas, e a célula do aterro à vista, o primeiro trabalho foi criar zonas para proteger e também para não se ver o lixo do exterior. Acrescenta que no blog o prof^o José de Melo escreveu que o aterro estava ao abandono, que os animais eram colocados nas células, que nunca o aterro estivera tão desorganizado, isto é uma falsidade. Neste caso considera que a notícia foi mal colocada. Não existe problema de gestão de resíduos mas sim problemas de execução da obra do centro de resíduos de Santa Maria, pediu ao deputados do PSD e CDU, para que ao publicarem notícias dessem o lado correto e toda a informação, para que os marienses não sejam enganados/ desinformadas, e que podem contar com a câmara para esclarecimentos, tendo em conta que o município é o mais interessado que o ambiente e



Handwritten signature and name:
Ebanse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

outros assuntos funcionem bem na ilha. A gestão de resíduos desde há 4 anos foi melhorada radicalmente, exemplificou, a recolha seletiva foi implementada com os recursos existentes em Santa Maria e não tiveram nenhum custo a mais para a implementar. No primeiro ano tiveram 40 toneladas de resíduos reciclados e exportados. No ano de 2013 tiveram 100 toneladas, e que sobre este assunto nada foi dito pelo PS deste contributo dos marienses.-----

-- O Sr. Presidente da Câmara retomou a sua intervenção, e elogiou o trabalho efetuado no ambiente pelo vereador. Relativamente às declarações feitas na rádio Asas do Atlântico, pelo delegado da Câmara do Comércio, Sr. António Monteiro, que disse que a autarquia não é amiga do comércio mariense, o mesmo respondeu pela mesma via, que a notícia é falsa. O município compra no comércio local, sendo por vezes o pagamento dos bens e serviços, a forma que os empresários têm para pagar os ordenados. Na impossibilidade de comprar na ilha, aí sim compra noutros lados. Diz que esta má informação prestada pela CCIPD teve origem na campanha eleitoral de um vereador que concorreu nas últimas eleições. Dava como exemplo a obra entregue à Tecnovia, no entanto nunca falou das obras entregues pelo governo a empresas de fora e o porquê nunca as entregou aos empresários marienses. Esclareceu que em Santa Maria não existe empresas com alvarás para obras grandes e para concorrerem a concursos públicos, mas mesmo assim são subcontratados para as mesmas.-----

-- O deputado José de Melo, pede a palavra sobre a questão dos resíduos, para negar que disse ou escreveu que o aterro sanitário, "está como nunca esteve antes", porque nunca o foi. Desde o princípio foi um projeto que não é um aterro sanitário, é uma lixeira controlada.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



-- O Presidente da Câmara leu o conteúdo escrito no blog do deputado José de Melo, para confrontar que na realidade estava escrito o que o mesmo negou.-----

-- Foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, Paulo Magalhães, que sobre a canada do Brejo de Cima, explica não haver má vontade, mas pelo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, é fácil de perceber porque ainda não feita a intervenção na mesma. No entanto a Junta tem feito todos os possíveis para minimizar a situação. Orgulha-se do trabalho efetuado pelos funcionários da junta, que limpam, arranjam e contribuem para o embelezamento daquela freguesia, com os recursos disponíveis. Também falou sobre o Forte João Batista e a sua importância patrimonial mariense. Perguntou à Câmara se existe algum plano de retenção de areias na Praia Formosa. Congratulou os grupos das danças de carnaval e o esforço financeiro da autarquia no apoio às mesmas. Elogiou um grupo de jovens marienses que aventuraram-se num projeto chamado "Grande Trilho" espera que o mesmo sirva de alavanca para outros projetos e a ilha será conhecida pelos recantos fabulosos que possui.-----

-- Presidente da autarquia diz não conhecer nenhum projeto de retenção de areias.-----

-- O Presidente da mesa pós a consideração dos deputados um intervalo ou pausa para almoço. Foi deliberado fazer um pequeno intervalo nos trabalhos e continuar com a sessão.-----

-- De seguida deu início o período da **Ordem do Dia**:-----

-- Pelo Presidente da Mesa da Assembleia foi lida e dada a conhecer ordem de trabalhos para a presente sessão.-----

- 1) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

- 2) Autorização da atribuição da remuneração complementar regional aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vila do Porto;-----
- 3) 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento da Câmara Municipal de Vila do Porto do ano financeiro de 2014 – Aprovação;-----
- 4) Autorização da celebração dos acordos de execução de delegação das competências nas juntas de freguesia do concelho de Vila do Porto;-----
- 5) Plano de ação municipal de prevenção e gestão de resíduos sólidos urbanos do concelho de Vila do Porto – Consulta pública;-----
- 6) Informação dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, no período de 2 dezembro de 2013 a 17 de fevereiro de 2014, ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal na 5ª sessão ordinária de 2 de dezembro de 2013, no âmbito da lei dos compromissos.-----

-- **Ponto - 1) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal**, foi aberta inscrições. Tendo-se inscrito o deputado José de Melo, a solicitar, que no âmbito da informação municipal escrita, e dando cumprimento ao que refere o regimento da AMVP, no artigo 105º, fosse dado conhecimento antecipado aos deputados de toda a informação dita no referido artigo. Esclarece que também na sessão da AMVP onde foi votado o regimento, já tinha sido pedido.-----

-- O Presidente da Assembleia leu o artigo e explicou que na altura da discussão na sessão anterior o elenco camarário não estava presente na sala. E que a Câmara terá de cumprir no próximo relatório municipal -----

-- O Presidente da Câmara, explica que os membros da AMVP, começaram a receber as atas das reuniões de Câmara onde poderá ser encontrada toda a informação da atividade da mesma. Mas que fará o relatório municipal de acordo com aquele artigo.-----

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

-- O deputado Sr. Rui Arruda, sobre o assunto, esclarece que em pesquisas feitas em todos os regimentos da AMVP desde 1999, revisões de 2002, 2006, 2010 e 2013 e que o artigo lido anteriormente é um copy past. E que nunca foi pedido por nenhuma bancada que esses elementos fossem constantes. Ou seja, neste ponto o regimento está em incumprimento desde o início. Mas como está no documento e é por lei, acha bem que a câmara proceda futuramente daquela forma.-----

-- Foi dada a palavra ao 1º secretário, Ricardo Sousa, para ler o parecer da comissão da análise prévia, por ter sido da opinião de alguns membros da AMVP, que faria todo o sentido, do mesmo ser lido antes da discussão dos pontos constantes e que carecem de votação, que abaixo se transcreve na íntegra.-----

-- "A Comissão de Análise Prévia reuniu no dia 24 de Fevereiro de 2014, pelas 15:00 horas, na Sala da Assembleia Municipal na Câmara Municipal de Vila do Porto para apreciação e emissão de parecer sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos da Convocatória para a 1ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto a realizar no dia 25 de Fevereiro de 2014.-----

-- Os Pontos nº 1 – Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade Municipal; nº2 - Autorização da atribuição da remuneração complementar regional aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vila do Porto; nº 3 – 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento da Câmara Municipal de Vila do Porto do ano financeiro de 2014; nº 4 – Autorização da celebração dos acordos de execução de delegação das competências nas juntas de freguesia do concelho de Vila do Porto; nº 5 – Plano de ação municipal de prevenção e gestão de resíduos sólidos urbanos do concelho de Vila do Porto; nº 6 – Informação dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Vila do Porto no período de 2 de dezembro de 2013 a 17 de fevereiro de

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

2014, ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal na 5ª sessão ordinária de 2 de dezembro de 2013, no âmbito da lei dos compromissos.-----

-- Em relação ao Ponto nº 2 - Orçamento Autorização da atribuição da remuneração complementar regional aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vila do Porto, os deputados de todas as bancadas expressaram o seu voto favorável. -----

-- Em relação ao Ponto nº3 – 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento da Câmara Municipal de Vila do Porto do ano financeiro de 2014, os deputados de todas as bancadas expressaram o seu voto favorável. -----

-- Em relação ao ponto nº4 – Autorização da celebração dos acordos de execução de delegação das competências nas juntas de freguesia do concelho de Vila do Porto, os deputados do Partido Social Democrata expressaram o seu voto favorável. Os deputados da Coligação Democrática Unitária e do Partido Socialista informaram que as suas bancadas expressarão o seu voto em assembleia após os esclarecimentos prestados a questões que pretendem colocar. Acerca deste assunto foi solicitada a presença do Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara compareceu e prestou cabalmente esclarecimentos a todas as questões que lhe foram colocadas. Na sequência do debate sobre este ponto foi unânime a vontade de todos os deputados, de que seja averbada uma cláusula de atualização de verbas com base na taxa média de inflação, à semelhança do que é proposto para a Junta de Freguesia de Vila do Porto, nos acordos celebrados com as juntas de freguesia.-----

-- Em relação ao ponto nº5 – Plano de ação municipal de prevenção e gestão de resíduos sólidos urbanos do concelho de Vila do Porto, os deputados de todas as bancadas expressaram o seu voto favorável." -----

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

-- Por fim houve unanimidade para que os pareceres desta Comissão de Análise Prévia sejam lidos no início de cada uma das sessões da Assembleia Municipal".-----

-- Ponto - 2) Autorização da atribuição da remuneração complementar regional aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vila do Porto. Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento. Este disse que é do conhecimento público que a maioria das Câmaras e o governo vão pagar e o Município de Vila do Porto, também o fará pois preza muito os seus colaboradores e assumirá este compromisso fazendo um esforço financeiro.-----

-- Foram abertas as inscrições, não tendo sido pedido a palavra por nenhuma das bancadas, passou-se à votação, tendo sido o assunto aprovado por unanimidade.-----

-- Foi apresentado uma declaração de voto sobre o mesmo assunto pelo deputado José Branco, que se anexa à minuta desta ata.-----

-- Ponto – 3) 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento da Câmara Municipal de Vila do Porto do ano financeiro de 2014 – Aprovação. Não havendo inscrições foram postos à votação, tendo mesmos sido aprovados, por unanimidade.-----

-- Sobre o mesmo assunto foi recomendado à câmara a atualização da nomenclatura das rubricas – modificações às grandes opções do plano – GOP (PPI e AMR), referente às delegações de competências das juntas de freguesia do concelho, de acordo com a lei em vigor.-----

-- Ponto – 4) Autorização da celebração dos acordos de execução de delegação das competências nas juntas de freguesia do concelho de Vila do Porto. Foram abertas as inscrições.-----

-- O deputado José de Melo coloca a seguinte questão. As juntas de freguesia tem 30.000 € com as atualizações e a Junta de Vila do Porto tem 45.000 e trabalhadores cedidos pela

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



H. J. J.
10.01.14
E. B. J. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

autarquia. Por uma questão de igualdade, uma vez que as exigências das delegações de competências são as mesmas em cada um dos protocolos, o PS tem uma sugestão de proposta no sentido que também facultasse a cedência de trabalhadores da CMVP às outras juntas.-----

-- O presidente disse que a autarquia não tem trabalhadores suficientes para o efeito, pelo que não poderá considerar a proposta. Esclarece que a Junta de freguesia de Vila do Porto apresenta um trabalho escrito (relatório) à Câmara, onde apresenta contas e anexado a um orçamento. Já foi proposto pelo Prof José de Melo noutra sessão que fosse elaborado um documento conjunto do género para todas as freguesias, que nunca aconteceu, mesmo com a disponibilidade daquela Junta de Freguesia na ajuda. Por isso a autarquia delegou como tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos. Também é preciso dizer que a junta de freguesia de Vila do Porto açambarcou diversos serviços que eram feitos pela Câmara, exemplo disso são os jardins, limpezas de bermas, ribeiras... e por isso também a cedência da mão de obra. Refere que todas as outras juntas sempre que é necessário e com a disponibilidade de pessoal camarário, são atendidas nos diversos pedidos.-----

-- Lembra os deputados que neste ano que esta câmara com as transferências de estado vais receber menos quatrocentos mil euros do que 2013.-----

-- Pelo deputado José Melo foi solicitado um pequeno período para poder falar com os presidentes das juntas de freguesia do PS, qual foi concedido.-----

-- Seguidamente e após consultadas as partes interessadas, a bancada do PS apresentou a proposta de afetação de trabalhadores do município ao exercício de competências delegadas às juntas de freguesias rurais, a qual se anexa à presente ata.-----

-- O deputado Rui Arruda pediu a palavra para solicitar também interrupção dos trabalhos, para o mesmo efeito.-----

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



Handwritten signatures and initials, including 'Rui Curado' and 'Rui Arruda'.

-- O deputado Rui Curado, pediu a palavra, para dizer antes da interrupção, que não pode deixar de salientar o paternalismo que o deputado José de Melo trata as juntas de freguesia. Diz que se fosse presidente de junta não se sentiria bem, por ele, porque os mesmos tem voz própria. Pediu esclarecimentos sobre o seguinte "... como qualquer gestor de recursos humanos a afetação de mão-de-obra é dimensionada em relação à proporção dos serviços que o vão prestar, portanto a igualdade de dois trabalhadores para todas as juntas de freguesia, pode ser que seja de menos."-----

-- Foram suspensos os trabalhos que foram retomados 5 minutos pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

-- O deputado Rui Arruda, tomou a palavra para dizer que a bancada do PSD, irá votar contra a proposta do PS. Propõe que as juntas têm que fazer um levantamento por si próprias das suas reais necessidades, por serem diferentes, e que o apresentem fundamentado no próximo ano.-----

-- 3:35 Depois de várias intervenções e explicações sobre o assunto, o presidente da Assembleia pediu aos presidentes de junta que interferissem e dessem a sua opinião sobre o assunto.-----

-- O Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, disse que existe muita cooperação entre a CMVP e JFA, e que se contabilizasse todas as vezes que pede apoio ao município e que lhe é concedido, ficaria rapidamente sem verba na junta. E diz que se além do valor atribuído 30.000 € continuar haver o mesmo espírito de cooperação, crê que todas as juntas de freguesia farão um bom trabalho. -----

-- O Presidente da Junta de São Pedro disse que na qualidade de presidente, não intervém na assembleia, porque as coisas andam a correr bem. Se corresse mal, interviria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



certamente porque quer o bem para a sua freguesia. Concorda com as palavras do Presidente da Junta de Almagreira.-----

-- O Presidente da Junta de Freguesia de Santo Espírito, que não põe em causa a colaboração da Câmara. Diz não intervir neste assunto porque considera ser um assunto a resolver diretamente com a autarquia e já teve uma reunião com o autarca e neste momento está a proceder ao trabalho de levantamento exaustivo e orçamentos das necessidades de Santo Espírito para posteriormente apresentar o mesmo ao município. Diz concordar com a proposta apresentada pela bancada do PS.-----

-- Pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, foi dito, que não pediu para intervir anteriormente por não ter tido oportunidade para se reunir com o Presidente da Câmara, sobre o acordo e que os problemas (pormenores) devem ser expostos nessa reunião. Sobre a Câmara/Junta reconhece estar a haver uma boa cooperação. E considera que o que estão a discutir é o acordo em si e é essa a competência que AMVP tem de aprovar.-----

-- Relativamente à proposta apresentada pela bancada socialista, foi votada e rejeitada com os votos contra do PSD, abstenção da CDU e a favor do PS.-----

-- Foi apresentada a declaração de voto pela bancada do PSD, que diz terem votado contra, mas apelam que todas as Juntas de Freguesia que façam um trabalho idêntico ao da Junta de Freguesia de Vila do Porto, para que possam analisar numa futura reunião.-----

-- Foi posto à votação o ponto nº 4, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos a contra do PS, com a ressalva de que seja averbada uma cláusula de atualização de verbas com base na taxa média de inflação, à semelhança do que é proposto para a Junta de Freguesia de Vila do Porto, nos acordos celebrados com as juntas de freguesia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



-- Ponto nº 5) - Plano de ação municipal de prevenção e gestão de resíduos sólidos urbanos do concelho de Vila do Porto – Consulta pública.

Foi dada a palavra a pedido do Sr. Presidente ao Vice-Presidente Sr. Roberto Sousa, que sobre o assunto explicou que é decorrente da aplicação de uma lei regional que obriga todos os municípios a ter um plano de gestão municipal, o processo iniciou-se em 2012, com a prestação de serviços da Ecoserviços. Considera que este documento caracteriza a situação atual de resíduos no concelho de Vila do Porto e explicou resumidamente o conteúdo do mesmo.-----

--Sobre o assunto a CDU fez a recomendação à Câmara que elabore uma versão simplificada do futuro regulamento em formato de panfleto, a fim de ser distribuído pelos marienses. Documento junto em anexo.-----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento que o documento vai para discussão pública e que a população poderá apresentar propostas e sugestões.-----

-- Ponto 6)- Informação dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, no período de 2 dezembro de 2013 a 17 de fevereiro de 2014, ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal na 5ª sessão ordinária de 2 de dezembro de 2013, no âmbito da lei dos compromissos. O documento foi dado conhecimento à Assembleia Municipal.-----

--- Eram quinze horas e quinze minutos quando o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão. -----

-- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, Anabela Sousa, Assistente Técnica da Câmara Municipal a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por UNANIMIDADE e vai ser assinada pelos membros da mesa de assembleia.-----

Anabela de Encarnação Sousa Sousa

1.ª Reunião Ordinária – 25 de fevereiro de 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Paulo Henrique Lopes Brito
Ricardo Costa Brito
Cida Rênia Figueiras A. Barros